



Governador do RN é alvo de investigação sobre obstrução da Justiça

A Polícia Federal cumpre nesta terça-feira (15/8) dois mandados de prisão e nove de busca e apreensão, como parte de uma operação para investigar suspeita de crimes de organização criminosa e obstrução da Justiça pelo governador do Rio Grande do Norte, Robinson Faria (PSD). Também são alvos da operação dois auxiliares dele: Adelson Freitas dos Reis e Magaly Cristina da Silva.

Todas as medidas foram autorizadas pelo ministro Raul Araújo Filho, do Superior Tribunal de Justiça. De acordo com a Polícia Federal, o ministro determinou que fosse iniciada investigação preliminar para apurar os crimes de organização criminosa e obstrução da justiça que estariam sendo praticados pelo governador com ajuda de servidores estaduais.

Faria é investigado por suspeita de fraudes na contratação de funcionários da Assembleia Legislativa a partir de 2006, época em que presidia o Parlamento. Já como governador, ele também é suspeito de tentar comprar o silêncio de um dos delatores da chamada operação dama de espadas, deflagrada em agosto de 2015, que investigou um esquema de desvio de recursos na Assembleia Legislativa.

Em maio, ao denunciar 24 pessoas investigadas na operação, o Ministério Público afirmou que os desvios dos cofres da Assembleia Legislativa podem superar os R\$ 5,5 milhões. Segundo as autoridades, os recursos públicos eram desviados por meio da inclusão de funcionários fantasmas na folha de pagamento da assembleia.

Delação da JBS

Esta não é a única investigação em curso contra o Robinson Faria. Em julho a Procuradoria-Geral da República pediu ao Supremo Tribunal Federal a [abertura de inquérito](#) para investigar o recebimento de caixa 2 pelo deputado federal Fábio Faria (PSD-RN) e seu pai, Robinson Faria (PSD).

O pedido tem como base a delação premiada de executivos da JBS. Os delatores disseram ter pagado R\$ 10 milhões para que eles interferissem na privatização da Companhia de Água e Esgoto do Rio Grande do Norte “dando conhecimento prévio do edital à empresa para beneficiá-la na concorrência”.

A privatização não aconteceu porque a JBS teria perdido o interesse no negócio, segundo a delação. Janot pediu para colher depoimento dos dois, além de outros que teriam se envolvido nas negociações.
Com informações da Agência Brasil e Assessoria de Imprensa da Polícia Federal.

Date Created

15/08/2017